

“A NATUREZA É NOSSA ANCESTRAL”: A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL E A VAGUEZA DO DEBATE NO ENSINO SUPERIOR CEARENSE

“NATURE IS OUR ANCESTRY”: THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL RACISM AND VAGUENESS IN THE DEBATE IN CEARANCE’S HIGHER EDUCATION

“LA NATURALEZA ES NUESTRA ANCESTRÍA”: LA PERSPECTIVA DEL RACISMO AMBIENTAL Y LA VAGEDAD EN EL DEBATE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR DE CEARANCE

Ruth dos Santos Lima
Educanda do Mestrado em Educação pela
Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: ruth.lima@aluno.uece.br

Davison da Silva Souza
Educando do Mestrado em Educação pela
Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: davison.souza@aluno.uece.br

Ingrid Gomes da Silva
Educanda do Doutorado em Geografia pela
Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: ingrid_gomes10@outlook.com

Resumo:

Dialogar acerca dos racismos (sim, no plural), se faz *sine qua non* enquanto temática urgente na sociedade brasileira contemporânea. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar a (não) discussão do racismo ambiental dentro de duas Universidades públicas do Estado do Ceará. Para tal, sob aporte metodológico, a pesquisa se comporta como natureza qualitativa e contra colonial. Em termos de revisão bibliográfica utilizou-se Krenak (2019); Mestre Nego Bispo (2015; 2023); Gonzalez (2020), dentre outros/as. Associado a composições de análise do discurso e critério retórico que perfaz o estado da arte, pelo uso de observância pelo portal de periódicos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), identificamos a escassez de debate sobre o tema dentro da academia, e com isso, o não questionamento do modelo colonial-capitalista no qual a natureza e seus/suas descendentes são tidos/as como mercadorias nesse necrófilo sistema, enfatizado na hodiernidade.

Palavras-chave: Educação antirracista. Currículo. Contra colonial.

Abstract:

Dialogue about racism (yes, in the plural) is *sine qua non* as an urgent topic in contemporary Brazilian society. In this context, this research aims to analyze the (non) discussion of environmental racism within two public Universities in the State of Ceará. To this end, under methodological support, the research behaves as a qualitative and counter-colonial nature. In terms of bibliographic review, Krenak (2019); Mestre Nego Bispo (2015; 2023); Gonzalez (2020), among others. Associated with compositions of discourse analysis and rhetorical criteria that make up the state of the art, through the use of observance by the periodical portal of the State University of Ceará (UECE) and Federal University of Ceará (UFC), we identified the scarcity of debate on the topic within academia, and with this, the non-questioning of the colonial-capitalist model in which nature and its descendants are considered commodities in this necrophilic system, emphasized in modern times.

Keywords: Anti-racist education, Curriculum, Against colonial.

Résumé / Resumen:

El diálogo sobre el racismo (sí, en plural) es *sine qua non* como tema urgente en la sociedad brasileña contemporánea. En este contexto, esta investigación tiene como objetivo analizar la (no) discusión sobre el racismo ambiental en dos universidades públicas del Estado de Ceará. Para ello, bajo apoyo metodológico, la investigación se comporta como de carácter cualitativo y contracolonial. En cuanto a la revisión bibliográfica se utilizó a Krenak (2019); Maestro Nego Bispo (2015; 2023); González (2020), entre otros. Asociado a las composiciones de análisis del discurso y criterios retóricos que componen el estado del arte, a través del uso de la observancia por el portal periódico de la Universidad Estadual de Ceará (UECE) y de la Universidad Federal de Ceará (UFC), identificamos una falta de debate sobre el tema dentro de la academia, y con ello, el no cuestionamiento del modelo colonial-capitalista en el que la naturaleza y sus descendientes son considerados como mercancías en este sistema necrófilo, enfatizado en los tiempos modernos.

Mots-clés / Palabras-clave: Educación antirracista, Plan de estudios, Contra lo colonial.

Palavreando o início

“Então não se precipite!
A terra está no limite.
E é nossa casa e riqueza.
Não merece tantos danos.
Nem seres tão desumanos.
Destruindo a natureza.” - (Acopiara,
2022, p. 29)

Visando ampliar as discussões sobre racismo ambiental e educação, este estudo adota o termo, a partir das percepções de que nas relações sociais brasileiras a raça é um fator determinante nas desigualdades existentes, quer seja na educação, saúde, lazer ou nas relações ambientais. Contudo, durante a gestão passada do Governo Federal muitas problemáticas se acentuaram, inclusive acerca do racismo ambiental.

Atravessada pela pandemia global do coronavírus, o Brasil registra 704. 320 mil óbitos (até o momento¹) em decorrência da doença (PAINEL, 2023), casos esses agravados pelo desrespeito e despreocupação - como política intencional - da gestão do governo Bolsonaro (2019-2022).

Durante esse período o Brasil retorna ao mapa mundial da fome. Ocorrências como as sofridas pelos povos Yanomamis, que foram negligenciados pelo Governo Federal, optando pela comunhão ao genocídio dos povos originários (Justino, 2023) ou o caso da dona Lúcia que foi filmada retirando comida do lixo para se alimentar com sua família (Vieira, 2021), ilustram como a prática do racismo

¹ A pesquisa foi feita em julho de 2023. Esses dados são referentes a esse período.

ambiental está presente no país e foi reforçada pela gestão passada do Governo Federal.

Perante a monopolização da vida, somos ensinados durante os anos de escolarização institucional que o corpo não é natureza, ou que o “homem”² dominou a natureza (Soares, 1995), tais afirmações são parte do binarismo colonial - ou seja, a fragmentação de uma política de dominação que busca a desumanização das relações -. Por isso, durante essa escrita comungamos com Mestre Nego bispo e afirmamos que “nós somos a natureza e nos relacionamos com a vida”³. Contudo, essa vida que foi mercantilizada pelo sistema capitalista vem se tornando um privilégio para poucas pessoas (homens brancos cis-heteros em sua maioria).

Dito isso, essa pesquisa surge da inquietação de um professor e uma professora, ambos negros⁴, que a partir de suas vivências na periferia, mas especificamente na comunidade do Barroso e do Parque Veras, em Fortaleza-CE perceberam o intercurso entre raça e meio ambiente. Presenciamos em nossos bairros as marcas do racismo ambiental, na falta de saneamento básico até nas más condições de alimentação ocasionadas pela omissão do poder público com aquele território. E enquanto pesquisador e pesquisadora, constatou-se a falta/escassez de

² O termo está em aspas porque divergimos de sua utilização pela ciência eurocêntrica na qual afirma a palavra como universal, ou seja, abrangendo homens e mulheres.

³ Fala proferida durante a aula aberta intitulada “As fronteiras entre o tempo e o horário” no dia 07 de julho de 2023 no Porto Iracema das Artes em Fortaleza-CE

⁴ Ressaltamos que o termo “negro/a” aqui empregado tem caráter social. Portanto, refere-se à identidade político-social de sujeitos que sofrem na pele os efeitos do racismo no Brasil.

discussões sobre a temática nas universidades situadas no território cearense.

A partir do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a (não) discussão do racismo ambiental dentro de duas Universidades públicas do Estado do Ceará. Para tal, este estudo se caracteriza como contra colonial, segundo Santos (2015, p. 48) “[...] vamos compreender por contra colonial todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.” Portanto, uma investigação que fuja da lógica mortal do colonialismo-capitalista, uma pesquisa respeitadora dos modos e meios de vida ancestrais.

Sendo essa uma pesquisa qualitativa que “[...] considera a concepção de mundo do pesquisador, sua subjetividade e busca compreender fenômenos vivenciados pelos sujeitos, considerando assim sua interpretação sobre o objeto estudado” (Polak; Diniz, 2011, p. 71), ou seja, este estudo visa trabalhar com aspectos das relações sociais atravessados pelo racismo.

Tendo em vista o referencial teórico-metodológico deste estudo, dialogamos com os escritos e saberes tradicionais do quilombola Mestre Nego Bispo (2015; 2023); com os conhecimentos ancestrais de Ailton Krenak (2019; 2022) e com a sabedoria periférica de Lélia Gonzalez (2020), autores/as escolhidos em consonância com a pesquisa contra colonial e antirracista aqui dissertada configurando está como uma pesquisa bibliográfica.

Assim, esse estudo se estrutura em três seções, sendo a primeira: uma interlocução entre o racismo ambiental e as estruturas raciais no Brasil, atravessadas pelo colonialismo e pela

falácia da democracia racial; a segunda: dialoga a respeito dos percursos metodológicos, indicando os caminhos traçados por nós para a concretização da pesquisa; e a terceira: discorre acerca das possíveis discussões ou as ausências delas dentro das universidades cearenses, partindo dos trabalhos disponíveis no repositório institucional da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC); e por último são tecidas as considerações dos debates dispostos.

Contra colonizando o óbvio: raça, racismo ambiental e educação

“Expropriaram a vida da terra
Expropriaram a terra da vida.”
(SantosS, 2015, p. 17)

A colonização, fruto da exploração de corpos outros fora do território europeu, teve entre seus efeitos nefastos, a divisão do mundo em binarismos, seja: homem e mulher; ciência e mitologia; colonizado e colonizador; corpo e mente ou até mesmo ser humano e natureza. Esta última, a desconexão de nossos corpos com a nossa mãe - Pacha Mama-nos deslocou do nosso organismo em comum, a natureza (Krenak, 2019). Nessa relação o ser humano é transformado em não-humano (Teixeira, 1995).

Aimé Césaire (2020, p. 24), descreve as relações coloniais da seguinte forma:

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado. A intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Esse sistema que expropriou os corpos africanos de seus territórios, os transportaram em locais desumanos e os venderam como mercadoria em praças públicas, nas Américas, ganhou uma nova configuração - o escravagismo - sistema de exploração de corpos humanos, os condicionando ao (não) lugar de seres sem alma, cultura e humanidade, vale ressaltar, que a colonização deu recursos financeiros a burguesia, para que ela criasse o mundo a sua imagem (Marxs; Engels, 1998) - desconectada da natureza visando o lucro acima de tudo. Salientamos que durante a vigência desse sistema a resistência se fez morada em terras brasileiras (Santos, 2015)

A retirada dessas pessoas de seu território as colocou à margem de uma sociedade desconhecida. Quando houve a “abolição⁵” da escravatura no Brasil em meados de 1888, após séculos de vigência desse sistema, essas populações foram abandonadas pelo poder público sem cidadania e indenização. Situadas longe do território natal de seus ancestrais e sem-terra, essas populações subiram os morros e lá fizeram suas casas.

Mediante o exposto, Lélia Gonzalez (2020, p. 84-85) afirma que:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do branco dominante são moradias saudáveis situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc. Até a polícia formalmente construída. [...] Já o lugar do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas as

⁵ O uso das aspas advém na concordância com o professor Clóvis Moura (2023) considerando a “abolição” como a transição de um modo de exploração (escravista) por outro (capitalismo). É uma crítica pela falta de direitos.

favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos
“habitacionais”

Sendo esses lugares definidos socialmente e demarcados pela estrutura racista da sociedade brasileira, condicionado as populações negras a lugares marginais, essas populações vêm sofrendo com o “[...] racismo ambiental, visto que para além de suportarem altas taxas de poluição e viverem em áreas sem infraestrutura e saneamento adequados, o lixo tóxico e sistematicamente destinado à periferia e as zonas em que vivem só grupos vulnerabilizados.” (Silva, 2012, p. 98), portanto, percebemos que o racismo ambiental se manifesta principalmente nas periferias, lugar onde vivem e sonham grande parte das populações negras no Brasil.

Ressaltamos, que mesmo após o nefasto crime colonial, os modos de vida trazidos de África, ainda resistem e se encontram em quilombos e terreiros espalhados no vasto território brasileiro. Esses povos da circularidade, vivem em comunhão com a natureza, nesse espaço-tempo “[...] temos uma relação orgânica com todas as vidas. Todas as vidas são necessárias[...]” (Santos, 2023, p. 26)

Essa relação orgânica não é pensada pela lógica do capitalismo-racista (Cunha Jr, 2001), pelo contrário, nesse sistema o lucro é mais importante que a vida - são essas as relações sociais impostas pelo neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016) -, o progresso como ato discursivo e perspectiva de futuro se tornam falaciosos, pois não existe futuro sem natureza. Mediante o exposto João do Cumbe⁶ define racismo ambiental como sendo:

⁶ Natural do Quilombo do Cumbe, localizado em Aracati, no interior do Ceará, João é a liderança dessa comunidade, educador popular, ambientalista e mestre em educação pela Universidade Federal do Ceará.

Nesse sentido, o racismo ambiental é como se nós, povos tradicionais e quilombolas, não tivéssemos direito ao meio ambiente sadio e de qualidade, que passa a ser invadido por atividades econômicas que desconsideram a nossa existência. Essa invasão vem com um discurso de progresso e desenvolvimento, que busca justificar a degradação e destruição (G1, 2022, s/p)

Além de afetar os povos tradicionais como os ribeirinhos, pescadores, caiçaras, ciganos, quilombolas e povos indígenas, por exemplo, o racismo ambiental afeta diretamente os moradores das favelas, sendo esse um território de resistência e de pertencimento, também vivencia o descaso pelas ausências de políticas públicas que corroborem com condições favoráveis e saudáveis de vida.

Em nossa vivência enquanto corpos negros periféricos, pudemos presenciar como o racismo ambiental aliado a uma educação colonial nos condicionava a um meio de quase vida. Na comunidade em que nascemos, percebemos como a falta de saneamento básico (gerador de doenças), o acúmulo de lixo em terrenos baldios (ocasionando a convivência com ratos, baratas, mosquitos, dentre outros animais nocivos à saúde humana) e uma alimentação industrializada eram naturalizações de um meio (quase) de vida.

Ora, a falta de recursos financeiros aliados ao preço exorbitante dos alimentos orgânicos, dificultam o acesso das populações excluídas de uma alimentação saudável. Como nos diz Santos (2023, p. 101) “Se um quilo de carne orgânica é muito caro, o pobre não pode comprar; e se o pobre não pode comer não é orgânico.” Portanto, o racismo ambiental se manifesta no dia a dia, se caracterizando como a deterioração de vidas (incluo aqui, seres

humanos e seus territórios) em conservação de um mercado para poucos.

Esses condicionamentos naturalizados pela educação institucional e não institucional em que nós formamos, apresentam as perspectivas de uma educação colonial expropriadora da vida, e fomentadora de individualidades consumistas, ligadas a lógica de destruição do capitalismo, tem o intuito de formatar nossos corpos, ou seja, apagar da nossa memória os modos de vida e relações harmônicas com a natureza. Pois, segundo Ailton Krenak (2022, p. 108) “A educação que conhecemos sempre teve o ímpeto de formatar as pessoas.”

Portanto, essa formatação, que é um apagamento genocida de nossa ancestralidade, - afinal, a natureza é nossa ancestral (Krenak, 2022) -, está de acordo com o sistema mortífero do capitalismo, que vê no racismo ambiental uma ferramenta de legitimação das desigualdades ambientais, e para além disso, respalda a invasão, extermínio e depredação da de territórios tradicionais pelas grandes empresas com o apoio - seja pelo silenciamento ou falta de monitoramento do Estado - que poluem, desmatam e envenenam nossa terra-mãe.

Contudo, o movimento de confluência é circular, requer dois movimentos (Freire; Shor, 2021), sendo um deles a **denúncia** do racismo ambiental. Diante disso, Costa ressalta que os:

Movimentos sociais diversos e povos originários e tradicionais do mundo inteiro começaram a se organizar e denunciar a Colonialidade do Poder em suas diferentes expressões, do racismo à expropriação de terras, as desigualdades na distribuição dos riscos e danos ambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento capitalista e eurocêntrico, os quais produzem impactos diversos

sobre etnias vulnerabilizadas, até mesmo a extinção de culturas. Muitos desses movimentos persistem ainda hoje em lutas contra a dominação dos colonizadores, opressores ou imperialistas, trabalhando para serem reconhecidas suas soberanias, assim como para serem reconhecidos e protegidos seus direitos, tratados culturas e terras sagradas (2011, p.107)

Se relacionar com a natureza de modo que gere vida, é um saber ancestral, uma relação orgânica que necessita ser resgatada. Diante disso, precisamos **anunciar** uma relação com o meio em que vivemos, necessitamos de uma educação para a transfluência, uma educação que seja como um rio, que tenha começo, meio e fim. (Santos, 2023), que utilize os saberes tradicionais na preservação da vida, na comunhão com o meio ambiente e na necessária proteção da nossa casa - a terra -.

O racismo ambiental sendo uma tecnologia colonial, precisa ser combatida por uma ação necessária e contínua, que busque aprender com os povos quilombolas e de terreiro um modo de vida fora da colonização (Santos, 2023) em que nosso corpo - a natureza - seja respeitado.

“Sejamos água, em matéria e espírito”: percursos metodológicos

“Sejamos água, em matéria e espírito,
em nossas movências e capacidade de
mudar de rumo, ou estaremos
perdidos” -Krenak, 2022, p. 14

Entendemos o percurso metodológico como o curso de um rio, fluído, constante e que está em contínua mudança. As pré-determinações que tínhamos na gestão inicial do trabalho foram mudando, assim como as águas de um rio, que se movem, destroem

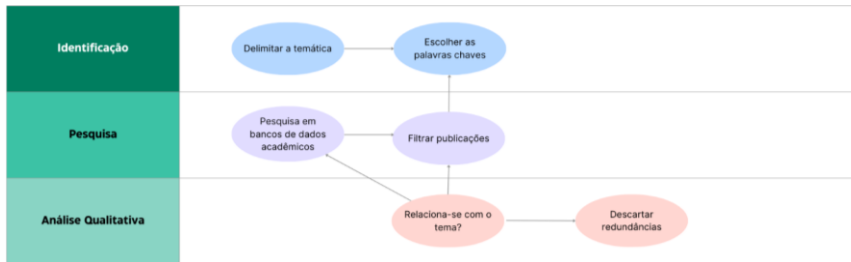
as certezas e apresentam uma pesquisa-águia, aberta as correntezas da (trans) formação (Cordeiro, 2015)

Diante disso, apresentamos uma pesquisa qualitativa, que se ocupa de um universo de valores, leituras de mundo, significados que são partes da realidade social (Minayo, 2009) na qual estamos envolvidos/as, imersos na realidade e emergimos em uma análise que parte da nossa indignação frente à ausência do racismo ambiental em duas universidades cearenses.

Optamos por uma pesquisa contra colonial (Santos, 2015) que marque a resistência e luta em defesa dos territórios tradicionais e os diferentes modos de vida, de se relacionar com a natureza, respeitando nossa casa comum e os conhecimentos produzidos com ela.

Partindo do exposto acima, buscamos conhecer o que tem sido produzido sobre Racismo Ambiental nas duas maiores universidades públicas do Ceará, sendo elas: Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), partindo do entendimento que as academias citadas acima assumem a responsabilidade em discutir sobre os problemas sociais (ambientais, políticos e outros) do seu entorno (Gomes, 2014) - no caso, a cidade de Fortaleza. O percurso metodológico se sucedeu na seguinte ordem:

Figura 1. Percurso metodológico para levantamento de dados



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Após o delineamento da temática, para o levantamento de dados, utilizamos palavras-chave, sendo estas: Racismo Ambiental, Racismo e Ambiental. Tais escolhas se deram frente a necessidade de encontrar a presença ou ausência de escritos que discorrem sobre a temática.

Em um segundo momento, delimitamos que os locais de pesquisas para consulta seriam os Repositórios Institucionais da UECE e UFC, que são locais públicos e estão disponíveis para a consulta na internet, diante disso delimitamos a busca a partir das palavras-chave citadas acima.

No terceiro momento, analisamos as pesquisas encontradas com as palavras-chave, a fim de obter os dados para esse trabalho, encontramos 0 trabalhos na UECE e 30 na UFC referente ao Racismo Ambiental; já na palavra Racismo encontramos 102 trabalhos na UECE e 187 na UFC; por fim, na palavra Ambiental foi encontrado na UECE 1656 trabalhos e na UFC 9698 escritos.

O quarto momento foi a leitura dos resumos, referentes à palavra-chave “Racismo Ambiental”, dos 30 trabalhos encontrados exclusivamente na Universidade Federal do Ceará, apenas 10 abordaram diretamente a questão do racismo ambiental, os 20 restantes não tratavam diretamente do tema. Nos apresentando a

ausência do debate acerca da temática nas universidades em questão.

Por fim, comungamos com um referencial teórico-metodológico de saberes tradicionais do quilombola Mestre Nego Bispo (2015; 2023); com os conhecimentos ancestrais de Ailton Krenak (2019; 2022) e com a sabedoria periférica de Lélia Gonzalez (2020), autores/as escolhidos em consonância com a pesquisa contra colonial e radicalmente antirracista aqui proposta.

Produção acadêmica e Racismo Ambiental: um diálogo urgente

“Aqui, assoreamento
Ali um desmatamento
E um lago com lama preta.
E o que se pode fazer?
No sentido de conter
A matança do planeta?”
-Acopiara, 2022, p. 28

O avanço da política ambiental no Brasil tem início na década de 1930, marcado pela criação do Código das Águas e do Código Florestal (Moura, 2016). Alguns eventos mundiais também foram importantes para a junção de representantes de seus países, em que o objetivo era pensar e propor mudanças mundiais que pudessem remediar as alterações ambientais que tem colocado em risco a vida da espécie humana.

Em 2002, marcado pela Conferência Ambiental Rio+ 10, a crise climática já era uma pauta discutida (Moura, 2016). Atualmente, a crise tem se apresentado, cada vez mais, de maneira avassaladora marcada por mudanças de temperatura, fortes chuvas, embranquecimento dos corais e muitas outras feridas irreversíveis. O ser humano tem sido o maior vírus para a vida no planeta Terra.

Entretanto, apesar de ser uma questão mundial, sabemos que as pessoas não sofrem de maneiras iguais com os efeitos negativos que assolam o mundo. Reflexo disso são as notícias que mostram “progressos” como: viagem espacial e a busca incessante por possibilidade de vida em outro planeta, pois sabemos quais pessoas terão essa “escapatória” (Wattles, 2021). Dessa forma, falar em racismo ambiental, é entender que há pessoas sofrendo diretamente e de maneira mais profunda com as crises que acontecem no mundo, e em especial a ambiental. Young e Lustosa (2003) quando discorrem sobre o conceito de centro-periferia, trouxeram à tona reflexões sobre o centro usar a periferia para alocar suas fábricas de maior índice de poluição e usá-la até a exaustão para captar matéria prima.

Na Conferência Ambiental Rio+ 20, uma das propostas era a possibilidade de países mais desenvolvidos apoiarem financeiramente países mais pobres para a superação da crise ambiental, e a resposta veio de maneira **negativa** (Moura, 2016). Apesar de todos os líderes mundiais se colocarem a responder positivamente ao agravamento da crise climática, é nítido o que já era apresentado por Young e Lustosa em suas pesquisas. Os países desenvolvidos só conseguem o status de *desenvolvimento* por explorarem e esgotarem as fontes naturais e de matérias primas de países “*sub-desenvolvidos*”. Além disso, é assim que conseguem mascarar o nível de poluição geradas por eles, pois só é possível porque parte (ou todas) suas empresas mais poluentes estão com sede em outros países.

Com esse entendimento inicial e por estarmos inseridos em uma universidade pública, entendemos a academia como um ambiente propício para a construção de conhecimento, propagação de

ideias e diálogo, além de entender a necessidade do alinhamento entre universidade e comunidade externa (Gomes, 2014). A cidade de Fortaleza, geograficamente, é uma periferia, em totalidade, em termos socioterritoriais. Apesar dos seus inúmeros bairros considerados a “área nobre”, grande parte da cidade é marcada pelo processo de favelização.

Dessa forma, neste trabalho discutiremos racismo ambiental partindo da concepção para além das inúmeras consequências em que a população negra e da periferia vêm sentido com a crise climática, marcados por inundações e desmoronamentos de terra. Ou dos próprios crimes ambientais mediados por empresas, como o que aconteceu em Brumadinho, Mariana ou com a aldeia Krenak⁷. (Senlle; Brunoro; Tannus; Klein, 2016) Aqui abordaremos também englobando o acesso negado a espaços da cidade, assim como a falta de uma infraestrutura digna.

Por exemplo, no bairro Barroso – situado em Fortaleza/CE - é recorrente o caso de inundação de casas no período de chuvas, pois parte do bairro está situado em cima de um braço do Rio Cocó. Além desse fator, muitas das casas não possuem saneamento básico, propiciando um aumento no risco de doenças nessa época do ano. Outra questão presente no bairro é a falta de lixeiras nas ruas, ocasionando uma maior chance de criação de pontos de lixo e entupimento dos bueiros e bocas de lobo. Realidade muito diferente do que é percebido em grandes bairros da capital, como por exemplo Aldeota e Meireles, localizados na Zona Norte da cidade, em que

⁷ São exemplos de territórios que tiveram suas vidas modificadas totalmente em decorrência do crime ambiental vivenciado por eles.

apresentam ruas limpas e cuidadas, características de um saneamento básico eficiente.

Ao traçarmos questionamentos sobre as desigualdades, não somente sociais, mas também ambientais de bairros situados em uma mesma cidade, também estamos discutindo sobre o Racismo Ambiental. No entanto, o conceito ainda é pouco utilizado e discutido, a exemplo disso, parte desta pesquisa se deteve à busca por pesquisas acadêmicas produzidas pelas duas maiores universidades públicas de Fortaleza, sendo elas UECE e UFC, a fim de entender como a academia tem contribuído para a disseminação de conhecimento e informação sobre o tema. Os primeiros resultados obtidos apresentam-se no Quadro 1.

Quadro 1: Levantamento por palavra-chave

Palavra-chave/Repositório	UECE	UFC
Racismo Ambiental	0	30
Racismo	102	187
Ambiental	1656	9698

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De início, a escolha das palavras-chave se baseia na busca por entender o que tem sido publicado sobre esses assuntos, sendo essas palavras percebidas no título e/ou nas palavras escolhidas por seus autores. A pauta ambiental apresenta-se com um maior número de publicações, que envolvem todo tipo de discussão: educação, degradação, gestão e outros. No entanto, quando se trata de “racismo” e “racismo ambiental”, percebemos uma grande defasagem de pesquisas produzidas e publicadas.

O currículo acadêmico, em sua maioria, é composto por autores brancos e carregados de um pensamento eurocêntrico que nos apresentam *o que fazer e como fazer* nas respectivas áreas e profissões (Melo; Ribeiro, 2019). Dessa forma, muitas discussões que poderiam e *deveriam* ser feitas durante o percurso acadêmico, se tornam invisibilizadas, e aqui entra a pauta racial. Apesar de muito ter se avançado, é perceptível o ambiente extremamente fechado da academia, induzindo os discentes a produzirem mais do mesmo.

Em um segundo momento, das 30 (trinta) produções aparentes sobre racismo ambiental no Repositório Institucional da UFC, foi percebido que nem todas as publicações eram, de fato, sobre o assunto. O resultado obtido a partir da leitura detalhada dos resumos presentes nos 30 trabalhos encontrados encontra-se no Quadro 2. A leitura teve como foco entender a discussão central dos trabalhos e se, de fato, o tema Racismo Ambiental era um dos conceitos principais utilizados.

Quadro 2: Levantamento após leitura de resumo

Pesquisas sobre Racismo Ambiental	Pesquisas que não abordam Racismo Ambiental
10	20

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Após a segunda análise, percebemos uma diminuição gradativa nos números de pesquisas publicadas que envolvem o tema central de Racismo Ambiental. Das 30 (trinta) pesquisas que apareciam junto da palavra-chave “racismo ambiental”, **apenas 10 (dez)**, de fato, abordavam o tema. Com esse resultado, muitos

questionamentos foram criados: “Há uma discussão sobre Racismo Ambiental dentro das universidades?”, “Se há uma discussão sobre o tema, por que não existem pesquisas sendo produzidas/publicadas?”, “Existem professores/grupos/coletivos dentro das universidades que dialogam sobre o tema?”.

Os questionamentos supracitados, ainda que iniciados após a percepção das pesquisas encontradas no Repositório Institucional da UFC, tem um peso muito maior para o total de **0 (zero)** pesquisas encontradas no Repositório Institucional da UECE. Nesse sentido, nos atemoriza um questionamento central: Afinal, onde está a discussão sobre racismo ambiental nas universidades investigadas? Será que, de fato, esse tema não está sendo discutido dentro da academia?

Partindo dos resultados obtidos, percebemos que a superação do racismo ambiental é (e talvez por muito tempo, ainda continuará sendo) uma incerteza de quando se dará. Em janeiro de 2024, a ministra da Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco levantou o tema nas redes sociais e recebeu muitos comentários negativos com o termo por ela apresentado (CAPITAL, 2024). A população, em sua maioria, não conhece e não entende o termo e, dessa forma, não o aceita. Após o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, muitas pautas envolvendo as minorias da população, passaram a ser tratadas como “mimimi”, desmerecendo suas reivindicações e sua seriedade, em especial a questão racial.

A universidade que deveria ser um ambiente para a construção e divulgação de conhecimento, atendendo as demandas sociais da comunidade do seu entorno e publicizando pesquisa científica que valide conceitos, apresenta uma falha nessa área, como

apresentado nos resultados acima. Apesar do termo ter sido criado há mais de 40 anos (CAPITAL, 2024), somando as produções publicadas pelas duas universidades não obtemos um resultado que expresse seu compromisso em discutir a pauta. Entendemos, como discentes da Universidade Estadual do Ceará, a urgência em propor espaços para discussão e reflexão sobre as contribuições reais da academia para a realidade social e ambiental da cidade de Fortaleza.

Palavreando a (in)conclusão

Em um processo de construção sócio-histórica de nos tornarmos seres humanos, parte da humanidade foi perdida. A conexão entre natureza-humano passou de uma relação respeitosa, para uma relação de dominação. O homem branco não só se sentia dono de terras e todos os “recursos” naturais visíveis, como dono de corpos que acreditavam ser uma *espécie inferior*.

Estamos (sobre)vivendo em um ritmo de vida e produção desconexos com a natureza e com nós mesmos/as. Somos imersos/as no pensamento, modelo econômico e social, do capitalismo, empurrados constantemente a sempre quereremos mais, consumirmos mais, sem nos preocuparmos com a finitude das coisas. No entanto, a natureza busca, de todas as maneiras possíveis, o seu equilíbrio. Exemplo disso são as suas inúmeras apresentações, que incluem as fortes chuvas e as imensas inundações.

Percebemos as mudanças ambientais que ocorrem no mundo e afetam de maneira diferente a população global. Países mais pobres tendem a sofrerem mais consequências, pois é perceptível a instalação de empresas mais poluentes que migram do centro. Assim

como as periferias da cidade sofrem com a questão ambiental de maneira mais presente, como observa-se em casos de alagamentos e desmoronamentos de terras.

Todos esses exemplos refletem questões ambientais que são marcadas pelo racismo ambiental, pois sabemos que a população, em maioria, nesses espaços é a população negra, que já sofre com a questão racial antes mesmo da questão ambiental. Por isso, nesta pesquisa entendemos o racismo ambiental não somente como uma série de consequências entrelaçadas com as questões ambientais locais e mundiais, mas também como a negação e exclusão de direitos ambientais.

Neste trabalho, após um levantamento de dados nos repositórios institucionais da UECE e UFC, podemos ter uma leitura inicial que a pauta do racismo ambiental ainda é algo distante. Com apenas 10 (dez) produções publicadas, entendemos que há uma falta de docentes, grupos, palestras, cursos e demais movimentos que levarem a pauta dentro da universidade de maneira que contemple a realidade externa. Imersos a tal questionamento, que possivelmente não se faz apenas em escala local, mas nos meandros da nossa nação, é urgente uma pauta de diálogo que coloquem em xeque a base intencional do sistema vigente e as prerrogativas perversas tão necessárias à acumulação capitalista.

Referências

ACOPIARA, Moreira. **Poemas para adiar o fim do mundo**. Jandira/SP: Principis, 2022.

CAPITAL, Carta (org.). O que é o racismo ambiental? **Carta Capital**. Brasil, p. 1-3. 15 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-que-e-o-racismo-ambiental/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CORDEIRO, Gilson Soares. Vem jogar mais eu, mano meu: Cartografando a capoeira na cidade de Camocim como jogo de linguagem e resistência negra. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em 2015) - Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84461>> Acesso em: 14 de agosto de 2024

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 2, n. 42, p. 5-15, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. 14 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JOÃO do Cumbe e a luta contra o racismo ambiental nos quilombos. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/unifor/ensinando-e-aprendendo/noticia/2022/06/13/joao-do-cumbe-e-a-luta-contra-o-racismo-ambiental-nos-quilombos.ghtml> Acesso em: 13 de mar. de 2024.

JUSTINO, Guilherme. Caso yanomami: o que é e por que se fala em genocídio indígena. **Um só planeta**, 2023. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/01/24/caso->

yanomami-o-que-e-e-por-que-se-fala-em-genocidio-indigena.ghtml.
Acesso em: 13 de jul. de 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL FEDERAL NO BRASIL. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança Ambiental no Brasil**. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. Cap. 1. p. 13-42. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6800>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Dandara, 2023.

PAINEL Coronavírus. **Coronavírus Brasil**, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza; DINIZ, José Alves. Conversando sobre pesquisa. In: POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza; DINIZ, José Alves; SANTANA, Rogério Santana. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 67-98

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos modos e significados**. Brasília: Unb, 2015.

SENLE, Marília; BRUNORO, Mario; TANNUS, Rafael Monteiro; KLEIN, Tatiane (ed.). “Não foi um acidente”, diz Ailton Krenak sobre a tragédia de Mariana. **Instituto Socioambiental**. Altamira, p. 1-3. 09 nov. 2016. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Economia e filosofia no pensamento político moderno**. Campinas, SP: Pontes, 1995

VEIRA, A. Mulheres alimentam famílias com restos de comida jogados no lixo. **O povo**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/10/21/mulheres-alimentam-familias-com-restos-de-comida-jogados-no-lixo.html>> Acesso em: 13 de jul. de 2023.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. A questão ambiental no esquema centro-periferia. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 201-2021, jul./dez., 2003. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/novosite/br/volume-4>. Acesso em: 10 ago. 2023.

WATTLES, Jackie (ed.). Elon Musk sobre missões em Marte: “você pode não voltar vivo”. **Cnn Brasil**. Brasil, p. 1-3. 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/elon-musk-sobre-missoes-em-marte-voce-pode-nao-voltar-vivo/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Submetido em: 05 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 09 de agosto de 2024

Aprovado em: 16 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3405

Como citar:

DOS SANTOS LIMA, R.; DA SILVA SOUZA, D.; GOMES DA SILVA, I. “A NATUREZA É NOSSA ANCESTRAL”: A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL E A VAGUEZA DO DEBATE NO ENSINO SUPERIOR CEARENSE. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.:jun. 2024, p. 644-667. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3405>. Acesso em: dia/mês/ano.